

RACISMO E OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA¹

RACISM AND THE PSYCHOLOGICAL IMPACTS ON THE CONSTRUCTION OF BLACK IDENTITY

Amabilly Vitória Silva Santos²

Ana Paula Brito de Jesus³

Lucio Flávio de Santana Gimenes⁴

RESUMO

Este artigo explora a complexidade do racismo estrutural no Brasil e seu impacto na construção da identidade de indivíduos negros. Através da análise de obras fundamentais como *Tornar-se Negro* de Neusa Santos Souza, *A Cor do Inconsciente* de Isildinha Nogueira e *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Frantz Fanon, o estudo investiga como o racismo afeta a autopercepção e as interações sociais dos indivíduos negros. Discute-se a identidade como um processo contínuo influenciado por fatores culturais, sociais e psicológicos, destacando a internalização de estereótipos negativos e a luta por uma autoimagem positiva. O artigo aborda os efeitos psicológicos do racismo, incluindo sentimentos de inferioridade e conflitos identitários, e enfatiza a necessidade de intervenções que promovam a valorização da identidade negra. Conclui-se que o combate ao racismo requer abordagens multidisciplinares que considerem tanto os aspectos individuais quanto as estruturas sociais, visando à construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Identidade negra; Construção cultural; Efeitos psicológicos.

ABSTRACT

This article explores the complexity of structural racism in Brazil and its impact on the construction of black individuals' identities. Through the analysis of foundational works such as *Pele Negra, Máscaras Brancas* by Frantz Fanon, *Tornar-se Negro* by Neusa Santos Souza, and *A Cor do Inconsciente* by Isildinha Nogueira, the study investigates how racism affects self-perception and social interactions among Black people. Identity is discussed as a continuous process influenced by cultural, social, and psychological

¹ Este artigo tem como base o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao centro universitário de Inhumas UniMais, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em psicologia, no segundo semestre de 2024.

²Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Mais (UNIMAIS). E-mail: amabilly@aluno.facmais.edu.br

³Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Mais (UNIMAIS). E-mail: anapaulajesus@aluno.facmais.edu.br

⁴Lucio Flávio de Santana Gimenes. Mestre em psicologia. Docente do Centro Universitário Mais (UNIMAIS). E-mail: luciosantana@facmais.edu.br

factors, highlighting the internalization of negative stereotypes and the struggle for a positive self-image. The article addresses the psychological effects of racism, including feelings of inferiority and identity conflicts, emphasizing the need for interventions that promote the valorization of Black identity. It concludes that combating racism requires multidisciplinary approaches that consider both individual aspects and social structures, aiming to build a more inclusive and equitable society.

Keywords: Structural racism; Black identity; Cultural construction; Psychological effects.

1 INTRODUÇÃO

A persistência do racismo e suas implicações na sociedade brasileira contemporânea constituem um desafio complexo e multifacetado que perpassa diversas esferas sociais, culturais e psicológicas. A construção da identidade de indivíduos negros no Brasil é profundamente influenciada por uma herança histórica marcada pela escravidão, pelo colonialismo e pelas políticas de branqueamento, que estabeleceram estruturas de poder e hierarquias raciais ainda presentes nas dinâmicas sociais atuais (Almeida, 2021; Silva, 2021).

Este estudo propõe uma análise aprofundada sobre como o racismo estrutural impacta a formação da identidade negra, considerando não apenas os aspectos históricos e sociais, mas também as dimensões psicológicas e culturais envolvidas nesse processo. Para tanto, ancoramo-nos em obras fundamentais como *Pele Negra*, *Máscaras Brancas* de Frantz Fanon (2008), que explora os efeitos da colonização na psique do indivíduo negro; *A Cor do Inconsciente* de Isildinha Nogueira (2021), que investiga a construção subjetiva a partir da psicanálise; e *Tornar-se Negro* de Neusa Santos Souza (1983), que aborda as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.

A identidade, entendida aqui como um processo contínuo de autoconstrução e negociação simbólica (Hall, 2006; Goffman, 1988), é influenciada por representações culturais e sociais que podem reforçar estereótipos e internalizar preconceitos. Nesse contexto, é essencial compreender como as experiências de racismo afetam a autopercepção e a subjetividade dos indivíduos negros, bem como interferem em suas interações sociais e no desenvolvimento de uma identidade positiva.

A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica narrativa (Rother, 2007), complementada por uma análise qualitativa dos textos selecionados (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Essa abordagem permite uma compreensão crítica

e aprofundada dos conceitos-chave, além de favorecer um diálogo entre os autores estudados, ampliando a discussão sobre os impactos do racismo na construção da identidade negra.

Este artigo objetiva, portanto, mapear e analisar os efeitos psicológicos e sociais do racismo, a fim de abrir espaço para futuras intervenções psicológicas que possam mitigar tais impactos. Almeja-se contribuir para o debate acadêmico e oferecer subsídios para práticas que promovam a valorização da identidade negra e a superação das barreiras impostas pelo racismo estrutural.

2 A DINÂMICA DO RACISMO NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E VIVÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Fanon (2008) compreende o racismo como um fenômeno que estrutura as relações sociais e psicológicas entre colonizador e colonizado. Ao analisar a chegada dos europeus à tribo malgaxe, em Madagascar, o autor destaca os impactos psicológicos da colonização sobre o povo local. Nesse sentido, observa que a ilha, mesmo sob o controle de colonizadores que buscassem portar-se da melhor forma possível, teria sido submetida a um processo de desestruturação, evidenciando como o racismo opera enquanto ferramenta de dominação e desumanização do colonizado, impondo uma hierarquia racial na qual a branquitude é valorizada em detrimento da negritude (Fanon, 2008, p. 93).

Tal dinâmica não se restringe ao plano social, mas alcança o nível psíquico dos indivíduos negros, levando-os a internalizar a inferioridade que lhes é imposta. Esse processo implica, na perspectiva de Fanon, uma desumanização em que o sujeito negro é reduzido a uma condição sub-humana, tendo sua identidade controlada pelo colonizador. O homem branco, ao perceber o negro como inferior, projeta sobre estes imagens degradantes e bestiais, afastando-o de sua humanidade e tornando-o indigno de ocupar qualquer espaço no mundo. Trata-se, portanto, de uma forma extrema de alienação, em que o racismo se consolida enquanto sistema que desvaloriza o negro, retirando-lhe não apenas direitos, mas qualquer senso de valor ou originalidade (Fanon, 2008, p. 98).

A colonização portuguesa do Brasil exemplifica esse processo. Em 22 de abril de 1500, a frota de Pedro Álvares Cabral desembarcou na região hoje correspondente a Porto Seguro, na Bahia (Moreno, 2023). Desde então, a escravidão tornou-se um

eixo central do sistema econômico e social imposto pelos colonizadores, marcando profundamente a estrutura das relações no território. Tanto povos indígenas quanto africanos trazidos para o Brasil foram submetidos a regimes de trabalho forçado, que sustentaram a economia colonial, sobretudo nas plantações de açúcar, café e na mineração.

Nos primeiros anos da colonização, a escravização concentrou-se em grande parte na mão de obra indígena. Conforme Neves (2023), os nativos foram especialmente explorados na extração do pau-brasil. Com o avanço da produção açucareira, entretanto, a demanda por mão de obra mais lucrativa e a dizimação dos indígenas, em grande medida devido a doenças trazidas pelos europeus, levaram à substituição da mão de obra indígena por trabalhadores escravizados africanos. O tráfico negreiro, característico do século XVI, representou uma das práticas mais cruéis e desumanas da colonização, resultando no transporte forçado de aproximadamente quatro milhões de africanos para o Brasil, embora o número exato possa variar de acordo com a fonte histórica.

A abolição da escravidão, embora resultado de pressões internacionais, fatores econômicos e, sobretudo, da resistência dos escravizados, não foi consequência de uma mudança de mentalidade pautada em valores humanitários ou numa conscientização dos direitos humanos (Lacerda, 2021). O Brasil, último país das Américas a abolir oficialmente a escravidão, em 13 de maio de 1888, via Lei Áurea, não proporcionou aos negros recém-libertos condições mínimas de inserção social, nem reconheceu suas origens, cultura e história (Lacerda, 2021).

Após a abolição, não ocorreu uma ruptura efetiva com o legado escravista. Ao contrário, a população negra continuou enfrentando discriminações deliberadas, exclusão social e falta de oportunidades. O Estado Republicano não formulou políticas públicas capazes de garantir a participação plena da população negra na vida nacional, ignorando a diversidade cultural dos diferentes grupos étnicos que compõem o país (Lacerda, 2021). Assim, a abolição legal não significou a eliminação das desigualdades estruturais, que persistiram e ainda hoje são visíveis na sociedade brasileira.

No final do século XIX, a ideologia da eugenia, importada da Europa, encontrou eco no Brasil. O racismo científico postulava que as raças humanas seriam biologicamente distintas e que algumas teriam supremacia sobre outras. Desenvolvida pelo antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), a eugenia baseava-se na ideia

de “bem-nascido” e inspirava-se no conceito de seleção natural presente na obra de Charles Darwin, *A Origem das Espécies* (Lacerda, 2021). Esse arcabouço pseudo-teórico também se apoiava em doutrinas como o darwinismo social, o spencerismo, o lamarckismo e a própria eugenia, todas ideologias que encobriam as raízes socioeconômicas da desigualdade, atribuindo-as a leis naturais (Stolcke, 1991, p. 112).

O darwinismo social sugeria que sociedades consideradas mais “civilizadas” eram formadas por raças brancas e europeias, ao passo que populações com maior presença de negros e indígenas seriam “atrasadas”. Nesse contexto, a miscigenação, vista como meio de “melhorar” as características biológicas das populações não brancas, originou as políticas de branqueamento no Brasil. Acreditava-se que o cruzamento entre brancos e não brancos levaria, ao longo do tempo, ao predomínio de atributos europeus na sociedade. Intelectuais e cientistas sociais da época consideravam o branqueamento uma “solução” para o chamado “problema negro” (Lacerda, 2021).

O colonialismo, desse modo, exerceu papel central na construção das identidades nacionais, delimitando estruturas sociais, culturais e políticas das nações colonizadas e legando um histórico de desigualdade. A identidade nacional brasileira formou-se sobre as relações de poder estabelecidas entre colonizadores e colonizados. No século XVIII, mais de 90% do total de africanos escravizados foi enviado para as Américas, favorecendo a consolidação do sistema capitalista e a dinâmica de produção em larga escala (Almeida, 2021). Nesse mesmo período, o iluminismo oferecia base ideológica ao capitalismo, transformando a sociedade sob princípios racionais e econômicos, em benefício da expansão comercial e do acúmulo de capital.

Conforme Almeida (2021), o racismo não se limita a preconceitos pessoais ou falhas institucionais pontuais, mas constitui um elemento estrutural, impregnado em todas as esferas da vida social. Desse modo, tanto comportamentos individuais quanto processos institucionais derivam de uma sociedade em que o racismo não é exceção, mas a regra. Ao citar Hamilton e Ture, Almeida ilustra que não apenas atos de violência racial explícita devem ser condenados, mas também as dinâmicas institucionais que mantêm a população negra em condições precárias e vulneráveis.

Com o passar do tempo, a escravidão adaptou-se a um contexto global mais propício ao trabalho assalariado, embora o Brasil tenha resistido a essa transição.

Enquanto o mundo caminhava para modelos econômicos baseados no trabalho livre, o país persistia no trabalho forçado, sustentando relações de poder e hierarquias sociais estabelecidas no período colonial.

As relações sociais fundadas na noção de raça produziram novas identidades nas Américas: índios, negros, brancos e mestiços, definidas em oposição e subordinação à branquitude, base do sistema de dominação colonial (Silva, 2021). Essas identidades refletiam hierarquias e papéis sociais específicos, vinculando raça e identidade racial ao padrão de dominação imposto.

O racismo, sendo um processo estrutural, é também histórico, não podendo ser reduzido a simples consequência de sistemas econômicos e políticos. Sua dinâmica varia de acordo com a especificidade de cada formação social, manifestando-se de modo circunstancial, conectado às transformações históricas (Almeida, 2021, p. 36). Além disso, o racismo constitui processos de subjetivação, influenciando pensamentos e afetos. A ideologia racista conforma-se como um elemento inconsciente, naturalizado, e sua perpetuação encontra terreno fértil em práticas cotidianas, incluindo o ambiente escolar, onde crianças são precocemente rotuladas e direcionadas a certos “lugares” sociais.

Ao engajar-se em ações do movimento negro e estudar a fundo as relações raciais, é possível perceber como a população negra raramente ocupa, em grande número, espaços de prestígio social, acadêmico ou profissional, ao passo que predomina em postos de trabalho precarizados. Essa “naturalização” da ausência de negros em determinadas posições e a presença majoritária em trabalhos pouco valorizados é resultado de um processo histórico que molda a percepção social, tornando invisíveis as desigualdades raciais (Almeida, 2021, pp. 39-40).

Ser negro no Brasil implica enfrentar um contexto de poucas referências positivas e de escassa valorização cultural, em contraste com a multiplicidade de representações sociais complexas atribuídas às pessoas brancas. Não basta reconhecer o erro ao hierarquizar indivíduos conforme a cor da pele; é necessário compreender a manutenção dessa ideologia, mesmo após incontáveis debates, segregações institucionais e episódios violentos. Ainda que teorias pseudocientíficas tenham sido refutadas, o racismo consolida-se por meio de um sistema de ideias que justificam a desigualdade de forma “racional” e produzem sujeitos insensíveis à discriminação e à violência racial, encarando como “normal” a distinção entre “brancos” e “não brancos” (Almeida, 2021).

O imaginário social racista é continuamente reforçado pela mídia, indústria cultural e sistema educacional. Após anos de exposição a telenovelas e outros produtos culturais, um indivíduo tende a acreditar que mulheres negras têm uma aptidão natural para o serviço doméstico, homens negros flutuam entre a criminalidade e a ingenuidade, enquanto homens brancos são apresentados como complexos, racionais e naturalmente líderes (Almeida, 2021, p. 41).

O controle das narrativas, exercido por quem detém poder simbólico, distorce a realidade ao selecionar e moldar informações de forma a manter a perspectiva dominante. Ao absorver e reproduzir o racismo, a mídia brasileira naturaliza e perpetua essa forma de discriminação, consolidando estereótipos que impactam a construção identitária dos indivíduos negros. Essa ausência de modelos positivos dificulta a formação de uma autoimagem autônoma e empoderada (Couceiro, 2020).

A compreensão da formação identitária, com base em autores como Stuart Hall, Fanon e Izildinha Nogueira, é fundamental para entender como tais representações sociais moldam o inconsciente coletivo e individual. Essas dinâmicas consolidam visões hierarquizadas e distorcidas sobre grupos étnicos, perpetuando um sistema racializado e desigual.

3 CONSTRUÇÃO CULTURAL DA IDENTIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DE STUART HALL, GOFFMAN E NOGUEIRA

A identidade, conforme argumenta Hall (2006), é formada em um “entre-lugar” por meio da articulação da diferença, constituindo-se como uma construção que nunca se completa totalmente. Trata-se de um processo contínuo, no qual a identidade é elaborada internamente, a partir da representação cultural. Assim, não se trata de uma essência fixa, mas de algo que está sempre em movimento, em permanente transformação e reelaboração.

De acordo com Hall (2006), a identidade humana é resultado de um acúmulo de camadas culturais ao longo do tempo. Essas camadas correspondem a identificações adotadas e vivenciadas pelo indivíduo, provenientes de diferentes contextos e circunstâncias. Para o autor, o que se compreende como “nossas identidades” pode ser concebido como sedimentações que decorrem de um conjunto peculiar de experiências, sentimentos e histórias, que operam de dentro para fora, mas que são profundamente influenciadas pelo contexto cultural (Hall, 2006, p. 111).

Dessa maneira, a identidade social não é algo estático nem definitivo, sendo constituída por representações culturais com as quais o indivíduo se identifica e se sente pertencente. Esse processo envolve o reconhecimento da pessoa dentro dessas representações, de modo que expressões culturais externas moldam a subjetividade, afetando a visão de si e do outro. Hall (2006) destaca que a subjetividade humana é produzida, em parte, de forma discursiva e dialógica, tornando difícil manter a clássica distinção entre o “interior” e o “exterior” do sujeito, uma vez que a cultura desempenha um papel central nessa construção (Hall, 2006, p. 114).

Nesse contexto, a subjetividade é entendida como algo conformado pelas interações sociais do meio em que o indivíduo está inserido, o que rompe com a noção de um “eu” essencialmente interior. A cultura, portanto, participa ativamente da constituição do ser humano, questionando visões tradicionais que dissociam a formação subjetiva do contexto social. A identidade torna-se, assim, o ponto de encontro entre discursos, práticas sociais, interpelações e processos que produzem subjetividades, estabelecendo o sujeito como alguém a quem se pode “falar” (Hall, 2006, p. 112).

A partir dessa compreensão, é possível identificar o papel dos discursos sociais na interpelação dos indivíduos, exigindo-lhes a assunção de determinados papéis. Essas interações constroem a subjetividade, mas os indivíduos não apenas recebem passivamente tais interpelações: eles participam ativamente desse processo, possuem agência e podem esculpir sua própria identidade. O sujeito é, assim, moldado pela sociedade, porém também é um agente que escolhe e ressignifica as influências que recebe (Hall, 2006).

A perspectiva de Goffman (1988) amplia essa discussão ao evidenciar que a identidade do indivíduo é construída a partir dos parâmetros e expectativas do meio social. Esse autor diferencia a identidade social virtual, que envolve as expectativas sociais sobre o indivíduo, da identidade social real, que corresponde aos atributos efetivamente demonstrados por ele. Ao estabelecer categorias e atributos considerados ordinários e naturais, o grupo social cria parâmetros para avaliar quem se enquadra ou não em suas normas. Assim, a construção da identidade vincula-se ao contexto social em que o sujeito se insere, às expectativas alheias e aos estigmas que podem emergir desse convívio (Goffman, 1988, p. 4).

Essa análise de Goffman (1988) está em consonância com Hall (2006), ao enfatizar que a subjetividade e a identidade são constituídas por um contexto cultural

e social. Ambas as perspectivas mostram que a identidade é um resultado de processos sociais integrados, por meio dos quais o indivíduo se situa e é situado pelos outros, ajustando-se conforme as normas e convenções compartilhadas. Além disso, a identidade não é rígida nem permanente; ela se transforma, adapta-se a diferentes contextos, sendo reconfigurada a partir das relações sociais e das circunstâncias vivenciadas (Goffman, 1988, p. 10).

Ciampa (1987) contribui para esse debate ao conceber a identidade como uma metamorfose contínua, influenciada por variáveis históricas, socioeconômicas, culturais e pelos próprios desejos pessoais. O autor entende que a identidade acompanha o indivíduo ao longo de sua existência, não sendo uma essência imutável, mas um processo em constante mudança (Ciampa, 1987, p. 74). Essa perspectiva reconhece que a dimensão cultural é fundamental para a formação do indivíduo como ser social, o que ressalta que a mera abolição de práticas opressoras não garante a superação imediata das desigualdades, sobretudo quando grupos historicamente marginalizados – como afrodescendentes – permanecem submetidos a formas veladas ou explícitas de discriminação.

A compreensão da formação da identidade articula-se ainda ao processo de descoberta do “eu”. Nogueira (2021) aponta que essa formação inicia-se quando a criança se diferencia da figura materna, deixando de percebê-la como unidade indivisível. Ao reconhecer-se como uma entidade separada, a criança passa a construir sua subjetividade, constituindo uma identidade originária a partir da qual as demais camadas identitárias se sobrepõem. Nesse processo, o “eu” emerge como resultado de interações sociais, culturais e emocionais, não sendo apenas dado, mas construído e constantemente remodelado (Nogueira, 2021, p. 45).

Ao perceber seu reflexo no espelho, a criança realiza uma identificação primordial: compreende que a imagem refletida a representa. Essa percepção não é apenas uma experiência visual, mas simbólica, pois consolida a estruturação do “eu” e marca o início de uma distinção entre o sujeito e os outros. No entanto, essa fase também insere a criança em uma dimensão imaginária, em que imagens externas são internalizadas, contribuindo para a formação da identidade (Nogueira, 2021, pp. 47-48).

A imagem do corpo, nesse sentido, não se limita à aparência física, mas inclui dimensões emocionais e psíquicas, funcionando como um mediador entre as instâncias do aparato psíquico. Para Nogueira (2021), a imagem do corpo é

irrepresentável na totalidade, pois é influenciada por experiências, relações interpessoais e pelo contexto cultural, sendo moldada e remodelada ao longo da vida (Nogueira, 2021, p. 52).

Com base em Dolto (apud Nogueira, 2021), pode-se compreender três modalidades da imagem do corpo: a imagem de base, relativa à constância do ser e às transformações do corpo em desenvolvimento; a imagem funcional, associada à capacidade do indivíduo de executar desejos e obter prazer nas relações; e a imagem erógena, voltada para o prazer ou desprazer oriundo da interação com o outro (Nogueira, 2021, p. 54). Esses três componentes interagem dinâmica e continuamente, sendo reorganizados à medida que a pessoa vivencia diferentes experiências ao longo da vida.

Santos Souza (1983) reforça a importância de compreender a identidade como um fenômeno em permanente formação e reconfiguração, algo indispensável ao analisar os desafios de contextos sociais marcados por desigualdades históricas e complexas. A interação entre o “eu” e o outro, o peso dos fatores culturais, históricos e interpessoais, bem como as experiências coletivas e individuais, demonstra que a identidade não é fixa, mas um processo em constante negociação. Assim, torna-se essencial considerar abordagens que valorizem a diversidade e a multiplicidade de experiências humanas, para superar barreiras impostas por estruturas sociais desiguais e práticas discriminatórias, reconhecendo que a identidade é uma dinâmica viva que reflete o potencial transformador das interações sociais.

4 EFEITOS PSICOLÓGICOS DO RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Na obra "Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social" (1983), Neusa Santos Souza analisa como a construção da identidade negra no Brasil é afetada por métodos históricos, psicológicos e sociais, utilizando-se da psicanálise para explorar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras brasileiras, sobretudo aquelas que estão em ascensão social, empenhando-se para se incluir em uma sociedade permeada pelo racismo.

A autora argumenta que, no contexto da sociedade brasileira, os indivíduos negros internalizam o racismo de modo a absorver concepções e posturas negativas vinculadas à própria cultura, cor e religiões, o que resulta em embates internos sobre

a própria identidade e subjetividade. Demonstra em sua obra como os indivíduos negros em ascensão social têm sentimentos conflitantes com a própria identidade social, pois o sistema de valores dominante no país é o padrão branco. Ao buscar incessantemente encaixar-se nesse padrão atribuído, o indivíduo negro sente-se impróprio e inadequado.

O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal do ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo (Souza, 1983, p. 27).

Nesta afirmação, a autora reflete sobre como é a identidade negra em uma sociedade com padrões hierarquizados europeus, descrevendo a internalização que o indivíduo negro tem sob o ideal de ego branco. Aquele que é criado e moldado em uma sociedade onde o branco é o padrão ideal e adequado, representando o que é belo, posiciona o negro em uma busca pela compatibilidade a esses padrões.

Alberto, um entrevistado de Santos Souza, expõe em seu relato:

Meus pais, quando casaram, foram viver no interior. Era a elite da cidade: ele médico, ela professora. Fui criado nesse contexto. Não havia nenhum empenho por parte dos meus pais em reconstruir o percurso, as raízes negras de minha família. Passei minha infância aí, rodeado daquele zelo que cerca as elites. Meus pais não me deixaram ir à escola para não me misturar com os meninos, aquela gente pobre. Só fui para a escola aos dez anos, quando fui para a capital fazer o ginásio. Me alfabetizei em casa, com uma tia que era professora e tinha as tinturas da capital. Lá fui estudar num colégio de elite... Tinha uma coisa de nobreza, uma atmosfera de nobreza, ainda que decadente, em torno da minha família..." (Souza, 1983, p. 34).

Através do relato de Alberto, entende-se que sua família é afrodescendente, porém não fazia questão de manter vivas as raízes negras. A forma como ele descreve sugere que seus pais repudiam suas origens, exercendo condutas de elite para se igualar aos brancos, que são representações de poder. Mas por que a família de Alberto renegaria suas origens? Considerando o contexto em que viviam e a época, sua família era abastada, porém, dificilmente a sociedade aceitaria negros nessa posição de ascensão e poder. Portanto, pode-se sugerir que, para eles, seria mais benéfico assemelhar-se aos brancos. Alberto reforça: "Não houve nenhum empenho por parte de meus pais em reconstruir o percurso, as raízes negras de minha família. Havia um evitar velado, meio inconsciente, da história das raízes negras de minha família" (Souza, 1983, p. 35).

Bolden, em sua obra "Searching for Sarah Rector: The Richest Black Girl in America" (2014), relata a história de Sarah Rector, uma garota negra nascida em Oklahoma (EUA) em 1902, em uma família comum e pobre no contexto da época. A vida da família de Sarah mudou quando receberam uma indenização de alto valor. Devido a essa ocorrência, as pessoas da classe elitizada permitiram que a garota e sua família pertencessem à alta sociedade, obtendo o direito de viver como os brancos da elite e desfrutando de todos os luxos possíveis. Porém, para a sociedade, era inaceitável que uma família negra tivesse tal privilégio. Então, a corte de administradores da época concedeu a Sarah e sua família o direito de serem considerados pessoas brancas, mas eles negaram tal proposta. É possível relacionar o caso de Sarah com o relato de Alberto, de forma que, enquanto ele e sua família renegaram suas origens e buscaram se encaixar em padrões europeus e dominantes, Sarah e sua família, mesmo recebendo a proposta de viverem como brancos, optaram por manter seus valores e crenças afrodescendentes.

"Às vezes essa rejeição, levada ao nível do desespero, violenta o corpo físico. E então, algo mais para além do corpo biológico" (Souza, 1983, p. 36). Nesse segmento, a autora atribui à rejeição uma experiência emocional que atinge altos níveis de desespero, proveniente de um grande sofrimento psíquico. Sugere que esse sofrimento pode ultrapassar as barreiras do corpo simbólico, manifestando-se fisicamente no corpo biológico. O sofrimento decorrente da negação transcende a dor psicológica e pode implicar em níveis mais profundos no corpo físico, acessando aspectos profundos da identidade do indivíduo, o que se relaciona com o relato de Luísa.

Contavam que (quando era pequena) falava muito sozinha, tinha amigos invisíveis, falava muito na frente do espelho: era uma sensação de me sentir, de me reconhecer, de identidade minha. Falava comigo mesma, me achava muito feia, me identificava como uma menina negra, diferente: não tinha nenhuma menina como eu. Todas as meninas tinham o cabelo liso, o nariz fino. Minha mãe mandava eu botar pregador de roupa no nariz para ficar menos chato. Depois eu fui sentindo que aquele negócio de olhar o espelho era uma coisa ruim. Um dia eu me percebi com medo de mim no espelho! Tive uma crise de pavor. Foi terrível. Fiquei um tempo grande assim: não podia me olhar no espelho com medo de reviver aquela sensação (Souza, 1983, p. 35).

Retornando à afirmação de Hall (2006) de que a identidade humana é construída culturalmente, dependendo daquilo com que o indivíduo se sente pertencente, o relato de Luísa demonstra que, para ela, sua aparência era

inadequada, visto haver padrões estéticos estabelecidos como apropriados. Na tentativa de se reconhecer e de vislumbrar sua identidade, quando criança, Luísa se olhava muito no espelho, porém estava insatisfeita com sua aparência e se comparava com outras meninas que possuíam características "adequadas" (nariz fino e cabelo liso). Sugere-se que ela cresceu em um ambiente que reforçava que suas características eram impróprias, portanto, a menina deveria se encaixar nos padrões impostos culturalmente. Isso é fomentado quando Luísa relata que sua mãe a mandava colocar pregadores no nariz para afiná-lo, o que, nesse contexto, desencadeou a rejeição da própria imagem.

Minha avó, ela diz que quer se casar de novo. 'Casar com um francês para clarear a família'. Quando a gente (as netas) está namorando, ela pergunta se é preto ou branco. Diz que tem que clarear a família. O clarear não é só a questão da pele, porque o negro é símbolo da miséria, de fome. De repente, clarear é também a ascensão econômica e social. Se for um cara negro que tenha condição econômica e social boa, tudo bem. Tem um lance de cor, mas no sentido de que a cor (preta) lembra a miséria. O preto (para ser aceito como possível integrante da família) tem que ter curso superior. Se for um branco, não precisa. Principalmente em relação a nós—filhos do único filho dela que ascendeu—tem muita expectativa. Nós somos filhos de PROFESSOR... (Souza, 1983, p. 36).

No contexto atual, as falas da avó de Carmem são consideradas racistas e preconceituosas. É possível observar a visão problemática que ela possui, associando a ascensão econômica e social com a etnia e cor da pele. O pensamento de "clarear" a família está diretamente ligado à noção de que pessoas brancas são vistas como um meio de poder e status social, enquanto indivíduos negros estão permeados de estereótipos negativos, associados à miséria e à pobreza. Essa fala demonstra como as expectativas sociais e o racismo estão relacionados, considerando não apenas a cor da pele, mas a posição social e econômica. Compreende-se que a fala da avó de Carmem acerca do "clareamento" vai além da cor da pele; trata-se da posição econômica, evidenciando também a pressão a que esses netos são submetidos para "melhorar" o status familiar. O contexto familiar é o primeiro ambiente onde o ideal de ego é construído, é como o "eu" é constituído e a identidade reconhecida. Levanta-se a hipótese de que esse tipo de discurso feito pela avó de Carmem não se concebeu por ela, mas foi inserido na construção de sua identidade durante seu crescimento. Assim como Luísa, que foi repreendida por sua mãe acerca de suas características físicas e passou a renegar sua aparência e origem, esses episódios influenciam diretamente na construção da identidade atual e das próximas gerações, levando em

conta a premissa de que o ser humano repassa aos seus descendentes aquilo que aprendeu.

[...] vivemos no sistema capitalista—o negócio é ter grana... O negro tem que estar na frente e sobretudo atrás das máquinas—dirigindo os botões... Eu nunca estou contente com o que tenho, eu sempre quero alguma coisa a mais. Estou sempre a buscar alguma coisa (Souza, 1983, p. 37).

O discurso de Correia aborda uma sociedade onde diversos tipos de etnias, raças e cores existem, porém, o poder e influência estão majoritariamente relacionados a pessoas brancas. Mesmo considerando a diversidade racial existente, é evidente a desigualdade e opressão dos povos negros. O trecho sugere que Correia compreende e reconhece as condições opressoras e preconceituosas, que se salientam quando o indivíduo negro as confronta diretamente. Sua fala aparenta ser uma crítica às estruturas de poder e identidade, com uma visão radical que questiona as características do racismo envolto do capitalismo. Seu ideal de ego é formado pela experiência de opressão racial e preconceito, sugerindo que sua compreensão de identidade está relacionada à luta contra as opressões sofridas. Santos Souza considera a visão de Correia radical, mas necessária para compreensão da complexidade do racismo e opressão racial na formação da identidade. Mas existem outras facetas desse radicalismo, onde o indivíduo toma como modelo não apenas o dominador, mas seu ideal de ego.

“(O passado escravista) não interfere em nada. Para algumas pessoas, sim. Mas para os que não têm essa mentalidade de escravo, que até se acham superiores, isso não interfere em nada” (Souza, 1983, p. 37). Natanael argumenta que a escravidão não teve impacto na vida das pessoas, a menos que estas tenham uma “mentalidade de escravo”, mas aqueles que não compartilham dessa mentalidade e se consideram superiores não são afetados. Esse discurso é radical, pois minimiza os impactos da violência histórica contra os negros e as desigualdades raciais atuais. Natanael continua sustentando seu argumento:

“A maior parte dos negros não consegue um lugar ao sol por suas próprias incapacidades: preguiça, falta de força de vontade. Apesar dos obstáculos, eu consegui o maior posto dentro do navio, depois do comandante” (Souza, 1983, p. 38). Sugere-se, nesse trecho, que muitos negros não alcançam a ascensão devido às suas próprias falhas e não pelos obstáculos culturais e sociais. As declarações de Natanael

desdenham os impactos que o passado do racismo e da escravidão causaram na sociedade.

Considerando que o racismo estrutural ainda não desapareceu e afeta constantemente as pessoas negras, ignorar essa realidade mantém as desigualdades e ignora o impacto real que o preconceito e a discriminação têm na vida e no dia a dia das pessoas. Isso leva a uma interpretação distorcida de que todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades e opções, e que as barreiras estruturais não são importantes, alimentando estereótipos negativos que culpabilizam pessoas de grupos historicamente marginalizados, responsabilizando-as por suas próprias dificuldades e ignorando totalmente as realidades enfrentadas por estes.

É possível notar no discurso de Correia sua necessidade de se destacar e mostrar sua capacidade; ocultamente, percebe-se uma cobrança de si mesmo. O mesmo acontece com Luísa: "Resolvi fazer medicina—não sei direito por quê, mas deve ter sido o resultado de toda uma estruturação de minha vida—eu tinha que escolher a carreira mais nobre, o vestibular mais difícil" (Souza, 1983, p. 39).

Observa-se o quanto Luísa se sente cobrada e pressionada a ser a melhor, considerando que viveu e cresceu em uma sociedade onde o parâmetro para mensurar a importância do indivíduo é a sua posição social. Isso é verdade mesmo entre as pessoas brancas, mas para pessoas negras essa realidade é ainda mais difícil, pois, mesmo em posições de destaque, continuam sofrendo preconceitos e discriminações. Essa necessidade de ascensão e aprovação está presente também no discurso de Eunice:

[...] nas minhas fantasias eu tenho muito dinheiro... tenho uma fantasia de ter terras de montão, casa grande—não para dar lucro, nem para grandes plantações. É para curtir mesmo as coisas da fazenda... tenho também fantasias de sucesso: descobrir alguma coisa interessante, escrever um livro muito importante. Ganhar o prêmio Nobel... [...] Eu sempre gosto que as pessoas digam que eu sou inteligente, que, apesar de todos os defeitos, isso é o que ressaí em mim (Souza, 1983, p. 40).

É nítido o desejo de pertencimento e destaque empregado nesse relato, a vontade e a busca de se tornar alguém na ótica dos outros, que as pessoas a enxergarem, a aplaudam, a vejam como um modelo a ser seguido. Esse desejo de Eunice acerca de sua autorrealização está relacionado a todo um contexto histórico onde a pessoa negra não recebia tal prestígio ou admiração, na maioria das vezes ficando nos bastidores, realizando tarefas que muitas pessoas desprezavam. É

notável que Eunice busca sua identidade e, nessa busca, quer se tornar alguém que os outros procurem, desejem e invejem. Esses sentimentos de inferioridade e insegurança consomem os indivíduos cujo ego sofreu um revés diante do superego, criando uma atmosfera de autodesvalorização.

O C. era branco, família branca e morava em Ipanema. Senti aí todos os complexos. Ia na casa dele morrendo de vergonha. Só me relacionava bem com ele na faculdade... Me sentia rejeitada nos lugares, não conseguia dar uma palavra. Eu não conseguia nem transar meu estereótipo, minha imagem de mulher maravilhosa. Não me sentia respeitada pelos amigos dele, me sentia insegura. É como se eu apresentasse uma imagem e não fosse nada daquilo... Eu sentia vergonha de meu corpo. Eu queria transar no escuro... Eu fui ficando cada vez mais fechada, me sentia ameaçada por todos em relação a C... tinha medo de tudo (Souza, 1983, p. 41).

Faz-se referência ao menosprezo que o indivíduo tem de si mesmo, com medo de se impor e enfrentar desafios, optando por se adaptar a situações desagradáveis. Entretanto, o sujeito se sente humilhado, principalmente por não suprir as próprias expectativas. As pessoas estabelecem padrões irrealistas para si mesmas, levando à frustração quando não são alcançados, e quando os ideais de ego não são atingidos, contribui-se para o sentimento de inadequação.

Fiquei apaixonada por R., mas ele estava, na época, começando o processo de um novo casamento e sofreu muito. Eu fiquei de terceira. Ela era branca, mais madura, uma mulher com filho... Eu a achava mais segura, mais forte do que eu. Fiquei de terceira. Fiquei achando que estava cumprindo o papel da mulher negra: a amante. Os homens ficavam com as mulheres brancas (Souza, 1983, p. 41).

Nesse excerto, observa-se a dificuldade das entrevistadas de se reconhecerem como pessoas atraentes e capazes de obter um relacionamento. As experiências relatadas alimentam a insegurança e medo, principalmente por não conseguirem se relacionar com pessoas que idealizam. É importante ressaltar que, através desses relatos, percebe-se uma valorização de padrões estéticos brancos, evidentes quando as entrevistadas expressam o desejo de serem diferentes, propondo que busquem em seus companheiros o que idealizam em si mesmas.

Assim, nota-se que a busca incessante por aceitação dentro de um sistema que privilegia o ideal branco resulta em sentimentos de inadequação e autodesvalorização, perpetuando um ciclo de negação das raízes e da identidade própria. Além disso, as comparações com casos internacionais, como o de Sarah, ampliam a compreensão das diversas formas pelas quais a identidade negra é negociada e resistida em contextos de hegemonia branca. A análise apresentada

reforça a necessidade de uma reflexão contínua sobre as estruturas raciais e sociais que influenciam a formação identitária, apontando para a urgência de políticas e práticas que promovam a valorização da diversidade e a superação das barreiras impostas pelo racismo estrutural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste estudo evidenciou que o racismo no Brasil não é apenas um resquício histórico, mas um fenômeno estrutural que continua a moldar as relações sociais, econômicas e psicológicas na contemporaneidade. A construção da identidade negra é profundamente afetada por práticas discriminatórias e por um imaginário social que desvaloriza características fenotípicas e culturais associadas à negritude.

A partir das reflexões de Fanon (2008), compreendemos que o racismo desumaniza e aliena o indivíduo negro, impondo-lhe uma identidade construída a partir de estereótipos negativos. Nogueira (2021) e Santos Souza (1983) aprofundam essa discussão ao explorarem os processos psíquicos envolvidos na formação do "eu" em contextos de opressão racial. A internalização do racismo resulta em conflitos identitários, sentimentos de inferioridade e dificuldades na construção de uma autoestima positiva.

Os relatos apresentados revelam que indivíduos negros frequentemente enfrentam dilemas relacionados à autoaceitação, pertencimento e reconhecimento social. A pressão para se adequar a padrões brancos de beleza e comportamento reforça a negação das próprias raízes culturais e alimenta um ciclo de autodepreciação. Esse cenário evidencia a necessidade de intervenções psicológicas que promovam a ressignificação da identidade negra e o fortalecimento da autoestima.

Adicionalmente, a compreensão de que o racismo é um fenômeno estrutural (Almeida, 2021) implica reconhecer que as soluções devem transcender o âmbito individual, englobando políticas públicas e ações coletivas que visem à desconstrução de estereótipos e à promoção da equidade racial. É imperativo fomentar a valorização da cultura afro-brasileira, ampliar a representatividade nos diversos setores sociais e combater ativamente as práticas discriminatórias.

Este estudo reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar que articule perspectivas históricas, sociológicas e psicológicas na compreensão do racismo e de seus impactos. Futuras pesquisas poderiam aprofundar a investigação sobre estratégias eficazes de intervenção, bem como explorar as experiências de resistência e resiliência da população negra frente às adversidades impostas pelo racismo.

Assim, a luta contra o racismo e pela afirmação da identidade negra é um processo contínuo que exige esforços coletivos e sustentados. A desconstrução de preconceitos arraigados e a promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva dependem da capacidade de reconhecer e valorizar a diversidade como um elemento essencial da condição humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BOLDEN, Tonya. **Searching for Sarah Rector: the richest black girl in America**. New York: Abrams Books for Young Readers, 2014.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUCEIRO, Sandra Maria. Reflexos do "racismo à brasileira" na mídia. **Revista USP**, São Paulo, n. 32, p. 56–65, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i32p56-65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26031>. Acesso em: 15 set. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA LACERDA, Nathália. Pensamento racista no Brasil pós-abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural. **Mosaico**, Rio de Janeiro, 21 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/83524/80474>. Acesso em: 04 set. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15–46, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORENO, Sayonara. Chegada dos portugueses ao Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-04/chegada-dos-portugueses-ao-brasil-descobrimento-ou-invasao>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NEVES, Daniel. Escravidão no Brasil colonial. **História do Mundo**, São Paulo, 15 jul. 2013. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/escravidao-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PROCÓPIO DA SILVA, André Vicente. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina. **Revista Fim do Mundo**, v. 2, n. 3, p. 78–102, abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11677/10295>. Acesso em: 07 set. 2024.

SANTOS SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 9–38, 1991.